



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Este Termo de Referência está sendo elaborado com base no Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar, cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos e equipamentos, para atender as demandas da iluminação pública do Município de Biritinga/Ba, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração.
- 1.2. Os materiais objeto deste Termo de Referência é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. A Ata de Registro/contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DO MODELO DE EXECUÇÃO

4.1. Da natureza do item:

- 4.1.1. O item que se pretende adquirir através de procedimento licitatório tem natureza de gênero comum, tendo em vista que seus padrões comerciais e de qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Do modelo de execução do objeto:

- 4.2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais elétricos e correlatos, para atender as demandas da iluminação pública do Município de Biritinga/Ba, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Administração.
 - a) O prazo de entrega, dos materiais elétricos deverá ser de 5 dias a contar da data de envio da nota de empenho.
 - b) O Prazo de validade deve ser de no mínimo 1 ano a partir da data de entrega, os materiais elétricos deverão estar identificados e obedecendo controle de qualidade. Contendo lote e data de embalagem de fácil identificação em sua embalagem.
 - c) Os materiais elétricos deverão ser entregues em suas embalagens, e deverão apresentar suas características originais.
 - d) As entregas deverão ocorrer na Secretaria Municipal de Administração, nos endereços indicados na solicitação formal pela Contratante em veículos da Contratada.
 - e) A Contratada deverá atender a todas as legislações referentes ao comércio de materiais elétricos e correlatos.
 - f) O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da licitação;
 - g) Na proposta de preço deve estar incluso todos os custos diretos e indiretos, seguro, transporte, embalagem e entrega;
 - h) O prazo de validade dos preços registrados deverá ser de 12 (doze) meses, contados da data de vigência estabelecida no Termo de Compromisso/Ata de Registro de Preços, com possibilidade de prorrogação;
 - i) O preço ofertado será fixo, devendo estar de acordo com o de mercado na data de abertura do certame, expresso em Real (R\$), incluídas todas as despesas de qualquer natureza (frete, tributos, seguros etc.);

4.3. Subcontratação

- 4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DA ATA/CONTRATO

6.1. Do fiscal

6.1.1. A execução da Ata/contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.1.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata/contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 28/ 2023);

6.1.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata/contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.1.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução da Ata/contrato, determinando prazo para a correção.

6.1.5. O fiscal da Ata/contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.1.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal da Ata/contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata/contrato.

6.1.7. O fiscal da Ata/contrato comunicará ao gestor da Ata/contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.1.8. O fiscal da Ata/contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.1.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da Ata/contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.2. Gestor do Ata/Contrato

6.2.1. O gestor da Ata/contrato de registro coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização dos fornecimentos, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata/contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.2.2. O gestor da Ata/contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata/contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.2.3. O gestor da Ata/contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6.2.4. O gestor da Ata/contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.2.5. O gestor da Ata/contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.2.6. O gestor da Ata/contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.2.7. O gestor da Ata/contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os materiais elétricos e correlatos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os materiais elétricos e correlatos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução da Ata/contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. Forma de fornecimento

8.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

8.2. Habilitação jurídica

8.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4 Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é **R\$766.215,40** (setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e quinze reais e quarenta centavos) e está dividido em Itens conforme a seguir:

LOTE ÚNICO						
Item	Descrição	Unid	Quant	Código Catmat	Valor Unit. Médio	Valor Total Médio
01	REFLETOR LED 150W, BIVOLT (127/220); TEMPERATURA DE COR: 5.000K, FLUXO LUMINOSO: 13.000LM/W; ÂNGULO DE PROTEÇÃO: 180°; GRAU DE PROTEÇÃO: IP 66 OU 67 MÍNIMO; VIDA ÚTIL: 60.000 HORAS, À PROVA D'ÁGUA E GARANTIA MÍNIMA DE 05 (CINCO) ANOS	UND	200	467325	R\$ 250,12	R\$ 50.024,00
02	REFLETOR LED 200W, BIVOLT (127/220); TEMPERATURA DE COR: 5.000K, FLUXO LUMINOSO: 13.000LM/W; ÂNGULO DE PROTEÇÃO: 180°; GRAU DE PROTEÇÃO: IP 66 OU 67 MÍNIMO; VIDA ÚTIL: 60.000 HORAS, À PROVA D'ÁGUA E GARANTIA MÍNIMA DE 05 (CINCO) ANOS	UND	100	603974	R\$ 215,23	R\$ 21.522,50
03	REFLETOR LED 400W, BIVOLT (127/220); TEMPERATURA DE COR: 5.000K, FLUXO LUMINOSO: 13.000LM/W; ÂNGULO DE PROTEÇÃO: 180°; GRAU DE PROTEÇÃO: IP 66 OU 67 MÍNIMO; VIDA ÚTIL: 60.000 HORAS, À PROVA D'ÁGUA E GARANTIA MÍNIMA DE 05 (CINCO) ANOS	UND	50	339640	R\$ 329,00	R\$ 16.450,00
04	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA A LED SMD COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 50 WATTS: CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA: TEMPERATURA DE COR: 4.000 À 5000K FLUXO LUMINOSO (LUMENS) MÍNIMO: 17.000, TENSÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (100V -277V) FATOR POTÊNCIA MAIOR/IGUAL QUE 0.98 GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO:IP66 E IP67 PARA DRIVER, VIDA ÚTIL MÍNIMA DECLARADA DE 108.000H. GARANTIA DE 5 ANOS.COM TECNOLOGIA LED (LIGHT EMITTING DIODE), PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES), REFRATOR EM VIDRO PLANO, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE 40°C A 50°C, COM DRIVER DIMERIZÁVEL 0 -10V E IP67, ALTA EFICIÊNCIA LUMINOSA DE 170 LM/W, ALTO ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC) DE 70. PINTURA RESISTENTE À CORROSÃO, ATENDENDO A NORMATIVA ROHS, TOMADA PARA RELÉ FOTOELÉTRICO/ELETRÔNICO DE 7 PINOS, PROTETOR DE SURTO 10KV/10KA INCORPORADOS À LUMINÁRIA, RESISTÊNCIA A	UND	1000	472128	R\$ 215,50	R\$ 215.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	IMPACTOS MECÂNICOS (CLASSIFICAÇÃO IK): IK – 08. CONFORME NORMAS VIGENTES NBR/ABNT A PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ENSAIOS, CERTIFICADO E REGISTRO DE CONFORMIDADE DO INMETRO					
05	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA A LED SMD COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 100 WATTS: CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA: TEMPERATURA DE COR: 4.000 À 5000K FLUXO LUMINOSO (LUMENS) MÍNIMO: 25.500, TENSÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (100V -277V), FATOR POTÊNCIA MAIOR/IGUAL QUE 0.98 GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO:IP66 E IP67 PARA DRIVER, VIDA ÚTIL MÍNIMA DECLARADA DE 108.000H. GARANTIA DE 5 ANOS.COM TECNOLOGIA LED (LIGHT EMITTING DIODE), PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES), O CONJUNTO ÓPTICO DA LUMINÁRIA LED DEVERÁ SER FECHADO POR UM REFRATOR (CONFECCIONADO EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO) OU POR UMALENTE DE POLICARBONATO E SE FOR UTILIZADA A TECNOLOGIA COB O SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM VIDRO BOROSILICATO (TEMPERADO), TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE 40°C A 50°C, COM DRIVER DIMERIZÁVEL 0 -10V E IP67, ALTA EFICIÊNCIA LUMINOSA DE 170 LM/W, ALTO ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC) DE 70. PINTURA RESISTENTE À CORROSÃO, ATENDENDO A NORMATIVA ROHS, TOMADA PARA RELÉ FOTOELÉTRICO/ELETRÔNICO DE 7 PINOS, PROTETOR DE SURTO 10KV/10KA INCORPORADOS À LUMINÁRIA, RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS (CLASSIFICAÇÃO IK): IK - 08. PESO MÁXIMO DA LUMINÁRIA DE 5,30KG. CONFORME NORMAS VIGENTES NBR/ABNTA PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ENSAIOS, CERTIFICADO E REGISTRO DE CONFORMIDADE DO INMETRO	UND	250	467325	R\$ 313,67	R\$ 78.417,50
06	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA A LED SMD COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 150 WATTS: CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA: TEMPERATURA DE COR: 4.000 À 5000K FLUXO LUMINOSO (LUMENS) MÍNIMO: 25.500, TENSÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (100V -277V), FATOR POTÊNCIA MAIOR/IGUAL QUE 0.98 GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO:IP66 E IP67 PARA DRIVER, VIDA ÚTIL MÍNIMA DECLARADA DE 108.000H. GARANTIA DE 5 ANOS.COM TECNOLOGIA LED (LIGHT EMITTING DIODE), PLACA DO CIRCUITO DOS LEDS DO TIPO MCPCB (METAL CLAD PRINTED CIRCUIT BOARD) DE ALUMÍNIO, MONTADOS POR PROCESSO SMD (SURFACE MOUNTING DEVICES), O CONJUNTO ÓPTICO DA LUMINÁRIA LED DEVERÁ SER FECHADO POR UM REFRATOR (CONFECCIONADO EM VIDRO TEMPERADO OU POLICARBONATO) OU POR UMALENTE DE POLICARBONATO E SE FOR UTILIZADA A TECNOLOGIA COB O SISTEMA ÓPTICO SECUNDÁRIO DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM VIDRO BOROSILICATO (TEMPERADO); TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE 40°C A 50°C, COM DRIVER DIMERIZÁVEL 0 -10V E IP67, ALTA EFICIÊNCIA LUMINOSA DE 170 LM/W, ALTO ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC) DE 70. PINTURA RESISTENTE À CORROSÃO, ATENDENDO A NORMATIVA ROHS, TOMADA PARA RELÉ FOTOELÉTRICO/ELETRÔNICO DE 7 PINOS, PROTETOR DE SURTO 10KV/10KA INCORPORADOS À LUMINÁRIA, RESISTÊNCIA A IMPACTOS MECÂNICOS (CLASSIFICAÇÃO IK): IK - 08. PESO MÁXIMO DA LUMINÁRIA DE 5,30KG. CONFORME NORMAS VIGENTES NBR/ABNTA PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA ENSAIOS, CERTIFICADO E REGISTRO DE CONFORMIDADE DO INMETRO	UND	250	475596	R\$ 394,00	R\$ 98.500,00
07	LÂMPADA LED BULBO 40W, BIVOLT, SOQUETE E - 27, 6.500K - BRANCA FRIA.	UND	1000	458580	R\$ 64,34	R\$ 64.335,00
08	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO 220V COR VINHO SISTEMA CONSTRUTIVO MAGNÉTICO PARA USO EM CORRENTE ALTERNADA; CORPO EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA PARA SUPORTAR INTEMPÉRIES; PINOS DE CONTATO EM LATÃO ESTANHADO FIXADOS NA PARTE INFERIOR E SELADOS; CONTATOS DE CARGA TIPO LN ACIONAM A CARGA A NOITE CÉLULA FOTOELÉTRICA TIPO CDS COM ENCAPSULAMENTO BLINDADO DE RESPOSTA INSTANTÂNEA, MONTADO NA POSIÇÃO LATERAL. FREQUÊNCIA / CORRENTE 50/60HZ; CORRENTE MÁXIMA DE 10 A POTÊNCIA 1000 W (CARGA RESISTIVA) 1800VA 220V (CARGA INDUTIVA); FAIXA DE OPERAÇÃO 5 A 20 LUX PARA LIGAR E NO MÁXIMO 40 LUX PARA DESLIGAR. RELAÇÃO DESLIGAR/LIGA MÍNIMA 1.2. DE ACORDO COM ABNT NBR 5123/2016; TENSÃO DE OPERAÇÃO 105 A 305 VCA +/- 10% AUTOMÁTICO. CORRENTE MÁXIMA 10 A; TEMPERATURA DE TRABALHO -50C A + 50OC; CONSUMO 0,8 W; GRAU DE PROTEÇÃO IP55 PROTEÇÃO CONTRA SURTOS POSSUI VARISTOR DE 60 J PARA PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE A COR	UND	1000	458416	R\$ 24,63	R\$ 24.625,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	DO INVÓLUCRO ESTÁ DEFINIDA NA TABELA ABAIXO, CONFORME ABNT NBR 5123:2016 O RELÉ DEVE POSSUIR TABELA DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME NBR 5123:201 POSUIR 2 ANOS DE GARANTIA					
09	Base para relé fotoelétrico, 220V/10 ³ , corpo em polipropileno estabilizado contra radiações UV, contatos em latão estanhado, suporte de aço galvanizado.	UND	1000	602254	R\$ 13,78	R\$ 13.780,00
10	Conector de derivação perfurante 10 - 95 x 1,5 - 10mm2.	UND	1000	458407	R\$ 11,38	R\$ 11.375,00
11	Bocal de porcelana E-40, 500V /16A reforçado para luminária.	UND	500	320318	R\$ 11,69	R\$ 5.846,25
12	Parafuso cabeça quadrada, galvanizado a fogo, 16x200mm, com porca e arruela, padrão Concessionária.	UND	500	319370	R\$ 11,76	R\$ 5.877,50
13	FITA ISOLANTE DE BAIXA TENSÃO 20 MT	UND	200	446916	R\$ 17,20	R\$ 3.439,50
14	FITA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO 20 MT	UND	50	380059	R\$ 24,01	R\$ 1.200,50
15	BRAÇO GALVANIZADO RETO COM BASE TIPO U, COMPRIMENTO: 2 METROS, SAPATA 45MM, COM DOIS FUROS DE FIXAÇÃO PARA DOIS PARAFUSOS MÁQUINA	UND	500	387029	R\$ 228,77	R\$ 114.382,50
16	FIO ELÉTRICO CABO FLEXÍVEL 1,5 MM ROLO 100MT.	METROS	500	408493	R\$ 1,64	R\$ 817,50
17	CABO PP 2x1,5mm ² - 0,6/1kV, flexível, com selo do Inmetro; formado por fios de cobre eletrolítico; isolamento de PVC 70°C - antichama; cobertura de PVC na cor preta; atendendo as normas ABNT NBR NM 7288 e ABNT NBR NM 280	METROS	2000	433869	R\$ 3,74	R\$ 7.475,00
18	CABO PP 2x4,0mm ² - 0,6/1kV, flexível, com selo do Inmetro; formado por fios de cobre eletrolítico; isolamento de PVC 70°C - antichama; cobertura de PVC na cor preta; atendendo as normas ABNT NBR NM 7288 e ABNT NBR NM 280	METROS	500	458382	R\$ 10,14	R\$ 5.070,00
19	CABO PP 2x2,5mm ² - 0,6/1kV, flexível, com selo do Inmetro; formado por fios de cobre eletrolítico; isolamento de PVC 70°C - antichama; cobertura de PVC na cor preta; atendendo as normas ABNT NBR NM 7288 e ABNT NBR NM 280	METROS	1000	340248	R\$ 5,15	R\$ 5.147,50
20	CABO FLEXÍVEL DE 4.0MM ² (ANTI CHAMA) COLORIDO	METROS	600	237830	R\$ 3,10	R\$ 1.857,00
21	CABO FLEXÍVEL DE 6.0MM ² (ANTI CHAMA) COLORIDO	METROS	600	239152	R\$ 4,94	R\$ 2.964,00
22	ESCADA DE FIBRA DE VIDRO, ESTENSIVEL, ALCANCE DE 7,20m	UND	2	235600	R\$ 1.803,31	R\$ 3.606,62
23	ESCADA DE FIBRA DE VIDRO, ESTENSIVEL, COM ALCANCE DE 10,20m	UND	1	323889	R\$ 3.261,00	R\$ 3.261,00
24	Alicate Universal 8" com isolamento para 1000V; conforme NBR 9699. Com embalagem do fabricante.	UND	10	445372	R\$ 53,14	R\$ 531,38
25	Chave de fenda 3/16" x 4"(média) com isolamento 1000V e ponta oxidada, haste isolada e formato triovalado e a extremidade	UND	10	337652	R\$ 26,18	R\$ 261,83
26	ALICATE MULTI AMPERÍMETRO - 1000A CA – CAT II: Instrumento digital portátil ultrafino com holster protetor, true Rms, de acordo com a categoria II 600 V de segurança, LCD de 3 ½ dígitos, congelamento de leitura, modo relativo e desligamento automático. Realiza medidas de tensão DC e AC, corrente AC, resistência, temperatura, frequência e testes de diodo e continuidade.	UND	2	255344	R\$ 422,02	R\$ 844,03
27	Talabarte para eletricitista, produzido em corda poliamida torcida revestida com mangueira contra atrito, deve possuir regulador em aço, 01 mosquetão dupla trava em formato de gancho e 01 oval com sistema de fechamento em rosca.	UND	2	602436	R\$ 425,00	R\$ 850,00
28	Luva de proteção, confeccionada em vaqueta integral, modelo rapel, com reforço externo na palma, acabamento do punho em viés. Possui elástico de ajuste no dorso. Indicada para proteção das mãos e dedos. Testado e aprovado pelo Ministério do Trabalho CA.	UND	10	603188	R\$ 203,50	R\$ 2.035,00
29	Bota de segurança tipo botina (com elástico) para eletricitista (com elástico) - isolamento de 1kV. O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE.	UND	10	614950	R\$ 268,63	R\$ 2.686,33
30	Óculos de segurança com lente fumê, proteção lateral acoplada, hastes com ajuste telescópico. Tratamentos antirisco das lentes. Identificado com o nome do fabricante na embalagem, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE.	UND	10	603802	R\$ 48,50	R\$ 485,00
31	Luva de segurança isolante em borracha, para tensão abaixo de 1000 V/Classe 0; tensão de teste 5kV. O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça, o número da Norma e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. Conforme as Normas ASTM D120-14A e NBR16295.	UND	10	350578	R\$ 304,80	R\$ 3.047,98
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$766.215,40

9.2. Informações necessárias sobre o Conjunto óptico das luminárias de LED:

9.2.1. As luminárias que utilizem em sua estrutura a tecnologia de LED deverão atender aos seguintes requisitos:

9.2.1.1. Neste caso, o conjunto óptico da luminária de LED, deverá ser fechado por um refrator que deverá ser confeccionado em vidro temperado ou policarbonato) ou por uma lente de policarbonato, ou seja, poderão ser fornecidas luminárias, cujo conjunto óptico seja fechado por meio de refrator confeccionado em vidro



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

temperado ou policarbonato, e luminárias, cujo conjunto óptico seja fechado por meio de uma lente de policarbonato.

9.2.1.2. Na hipótese do conjunto óptico da luminária ser fechado por meio de uma lente de policarbonato esse componente deverá proteger toda a superfície do conjunto óptico, visando garantir sua segurança e estanqueidade, de modo a prevenir a ocorrência de acidente, vandalismo, deterioração, além de infiltração de resíduos prejudiciais ao conjunto da luminária.

9.2.1.3. Se porventura, a lente de policarbonato não proteger toda a superfície do conjunto óptico, de modo a garantir a segurança e estanqueidade, o refrator deverá ser confeccionado em vidro temperado ou policarbonato, passara a ser obrigatório.

9.3. Os materiais elétricos no que couber deverão apresentar o Selo PROCEL.

9.4. Os materiais elétricos no que couber deverão atender as Certificações compulsórias do INMETRO e atender as normas ABNT/BR.

9.5. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.3. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.4. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.5. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade orçamentária: 05-05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto/Atividade: 2070

Elemento de despesa: 3.3.9.0.30.00.0000 Material de Consumo

Fonte de Recurso: 1500

Unidade orçamentária: 05-05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto/Atividade: 2070

Elemento de despesa: 4.4.9.0.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1500

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este Termo de Referência é parte complementar do Processo de contratação e possui como apêndice, o Estudo Técnico Preliminar.

Biritinga - BA, 11 de junho de 2024.

VINÍCIUS LIMA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO